

www.pwc.com.br

Fraport Brasil S.A.
Aeroporto de Porto Alegre
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

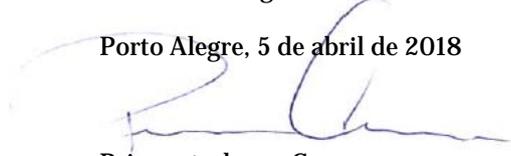


Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

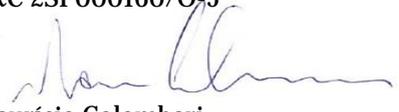
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de abril de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3



Fraport Brasil S/A

Aeroporto de Porto Alegre

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Índice

Relatório da administração	3
Balanco Patrimonial	4
Demonstração do Resultado do Exercício	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10
1. Informações Gerais.....	10
2. Resumo das principais políticas contábeis	11
2.1 Base de Preparação	11
2.2 Conversão de moeda estrangeira	11
2.3 Caixa e equivalentes de caixa	11
2.4 Ativos Financeiros	11
2.4.1 Classificação	12
2.4.2 Reconhecimento e mensuração.....	12
2.5 Despesas Antecipadas.....	12
2.6 Imposto de Renda e contribuição social diferidos.....	13
2.7 Outros ativos	13
2.8 Imobilizado	13
2.9 Intangível	14
2.10 Contas a pagar a fornecedores.....	15
2.11 Compromissos com o poder concedente	15
2.12 Provisões	15
2.13 Reconhecimento da Receita	15
2.14 Normas e interpretações novas e revisadas.....	15
3. Estimativas e julgamentos contábeis	16
3.1 Taxa de desconto.....	17
3.2 Apuração de tributos diferidos.....	17
4. Caixa e Equivalente de Caixa.....	17
5. Partes relacionadas	17
6. Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	17
7. Imobilizado	18
8. Intangível	18
9. Fornecedores.....	19
10. Salários e Encargos Sociais.....	19
11. Compromissos com o poder concedente	19
12. Patrimônio Líquido.....	20
13. Despesas por Natureza	20
14. Resultado Financeiro	20
15. Gestão de Risco Financeiro	20
16. Seguros	21

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Relatório da administração

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas .as demonstrações financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre não possui coligadas e controladas, no entanto, tem operação de repasse de custos compartilhados para a Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza, conforme apresentado na nota explicativa n° 5. Ambas empresas estão sob o mesmo controle acionário. A Diretoria.

Porto Alegre, 29 de março de 2018.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre**Balço Patrimonial**
Período findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2017	Passivo	Nota explicativa	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.358	Fornecedores	9	4.889
Contas a receber - Partes Relacionadas	5	3.534	Salários e Encargos Sociais	10	3.337
Impostos a recuperar		115	Impostos a recolher		875
Despesas antecipadas		2.741	Total do passivo circulante		9.101
Outros Ativos		936			
Total do ativo circulante		61.684	Não circulante		
Não Circulante			Seguros a pagar		3.515
Impostos a recuperar		1.155	Compromissos com o poder concedente	11	39.570
Despesas antecipadas		557	Total do passivo não circulante		43.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.360	Patrimônio Líquido		
Imobilizado - líquido	7	804	Capital social	12	371.369
Intangível - líquido	8	343.589	Prejuízos Acumulados		(10.406)
Total do ativo não circulante		351.465	Total do patrimônio líquido		360.963
Total do ativo		413.149	Total do passivo e patrimônio líquido		413.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Resultado do Exercício

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>
Despesas administrativas	13	(14.180)
Outras despesas operacionais		(177)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(14.357)
Despesas financeiras	14	(3.011)
Receitas financeiras	14	1.602
Resultado financeiro líquido		(1.409)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(15.766)
Imposto de renda e contribuição social	6	5.360
Prejuízo do período		(10.406)
Prejuízo por lote de mil ações - Em reais		(0,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Resultado Abrangente
Período findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	<u>2017</u>
Prejuízo do período	<u><u>(10.406)</u></u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(10.406)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

	Capital social		Prejuízos Acumulados	Total
	Subscrito	Integralizado		
Saldo Inicial	-	-	-	-
Subscrição de Capital	763.500	(763.500)	-	-
Integralização de Capital	-	371.369	-	371.369
Prejuízo do Período	-	-	(10.406)	(10.406)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>763.500</u>	<u>(392.131)</u>	<u>(10.406)</u>	<u>360.963</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre**Demonstração do Fluxo de Caixa**
Período findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	Nota	2017
	explicativa	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período		(10.406)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido aos fluxos de caixa:		
Depreciações e amortizações	7	13
AVP/IPCA - Contribuição Fixa Outorga	14	1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(5.360)
		(14.283)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar		(1.270)
Despesas antecipadas		(3.298)
Outros ativos		(936)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	9	4.889
Redução (aumento) em fornecedores - partes relacionadas	5	-
Encargos sociais e tributários a pagar		4.212
Seguros a pagar		3.515
		3.578
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(10.705)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	7;8	(14.485)
Direito de concessão (Outorga)	8	(291.821)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(306.306)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social		371.369
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		371.369
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		54.358
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		54.358

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração do Valor Adicionado
Período findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	2017
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	9.296
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)	
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	9.296
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.296
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	13
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	9.309
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(1.602)
Receitas Financeiras	(1.601)
Ganho Variação Cambial	(1)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	7.707
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(7.707)
Pessoal	3.349
Remuneração Direta	1.516
Benefícios	1.568
F.G.T.S.	265
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.527)
Federais	(2.600)
Municipais	73
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.877
Juros	1.478
Aluguéis Pagos	398
Perda Variação cambial	1
Remuneração de Capitais Próprios	(10.406)
Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(10.406)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

1. Informações Gerais

A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre (“Fraport Brasil - Porto Alegre” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada por Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, umas das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída em 08 de fevereiro de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre – RS.

Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil – Porto Alegre e a Fraport Brasil – Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC.

A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases:

FASE I-A – fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017.

FASE I-B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço;

FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária).

Em 02 de janeiro de 2018 a Fraport Brasil – Porto Alegre assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Porto Alegre. Ainda em janeiro assinou contrato com o Grupo formado pelas empresas HTB, Tedesco e Barbosa Mello que realizará as obras civis para a ampliação do aeroporto nos termos do contrato de concessão.

A Fraport Brasil – Porto Alegre tem como obrigação estabelecidas no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 29 de março de 2018.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (RS), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos Financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis.

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

b) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem o "Contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Outros ativos".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5 Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.6 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.7 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível, atualmente estão registrados no intangível em andamento.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.9 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

a) Direito de Concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura terá início no mês em que a Companhia assumir a operação do aeroporto e iniciar a usufruir os benefícios econômicos.

b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada.

Em 2017 os investimentos relacionados a Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão das obras serão transferidos para a rubrica de Infraestrutura.

A amortização desta parcela do intangível ocorrerá após conclusão da Infraestrutura até o final do contrato de concessão.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.11 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo não circulante, descontados a valor presente e corrigidas pelo IPCA conforme previsão contratual. A contribuição fixa anual deverá ser paga anualmente com início em agosto de 2023 e seu término será no último ano do contrato de concessão.

A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia que passará a ser registrada quando a Companhia assumir a operação do aeroporto em 2018.

2.12 Provisões

Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.13 Reconhecimento da Receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Em 2017 a Companhia reconheceu receita apenas de natureza financeira. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Normas e interpretações novas e revisadas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração não avaliou impactos na aplicação do IFRS 9/CPC 48, uma vez que a empresa não teve registro de clientes e não possui contrato de Hedge em suas demonstrações financeiras em 2017.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Esta norma substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração não espera impactos na adoção desta nova norma, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços que serão prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração ainda está avaliando o impacto da adoção desta norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

3.1 Taxa de desconto

O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 10,66% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga.

3.2 Apuração de tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, conforme nota explicativa nº 6. A Administração utilizou o orçamento para os próximos exercícios como base para estudo técnico e registro desse ativo.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	<u>2017</u>
Caixa e conta corrente	1.683
Aplicações financeiras	<u>52.674</u>
Total	<u>54.358</u>

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 85% e 93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. Partes relacionadas

Ativo	<u>2017</u>
Contas a Receber	
Fraport - Aeroporto de Fortaleza	<u>3.534</u>
	<u>3.534</u>

O Contas a Receber se refere ao repasse de custos compartilhados de salários e viagens. No resultado, a contra partida está sendo registrada como redutora de despesa na rubrica de despesas administrativas.

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízo fiscal de imposto de renda.

O imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos são os seguintes:

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

	2017		
	IR	CS	Total
Apuração Imposto de renda e contribuição social			
Prejuízo contábil antes dos impostos sobre o lucro	(15.766)	(15.766)	(15.766)
Aliquotas imposto de renda e contribuição social diferidos	25%	9%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.941)	(1.419)	(5.360)

A Companhia projeta lucro tributável em 2018 suficiente para utilizar o imposto diferido relativo ao prejuízo fiscal.

7. Imobilizado

	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Total
Saldo inicial	-	-	-
Aquisição	800	17	817
Depreciação acumulada	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	787	17	804
Taxa anual de depreciação	10%	10%	

8. Intangível

	Intangível em Andamento	Outorga Fixa	Software	Total
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisição	12.008	329.921	1.660	343.589
Amortização acumulada	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.008	329.921	1.660	343.589

- a) Intangível em andamento – Representa o investimento inicial já realizado no planejamento das obras de melhorias e ampliação do aeroporto.
- b) Outorga Fixa – Pelo direito da exploração do Aeroporto de Porto Alegre, a Companhia desembolsou em 28 de julho de 2017, o valor de R\$ 291.821, a Companhia também se comprometeu a pagar em parcelas anuais, a partir de agosto de 2023, o valor total de R\$ 91.537. Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida ajustada à valor presente e o índice de atualização monetária é o IPCA. A amortização teve início em janeiro de 2018 quando a Companhia iniciou a operar o aeroporto e iniciou a usufruir dos benefícios econômicos. Foi utilizado o IPCA projetado de acordo com o histórico de metas de inflação para o Brasil conforme vencimento das parcelas e a taxa de desconto estimada para ajuste a valor presente é de 10,66%.

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Contribuição inicial fixa	291.821
Valor Nominal	91.537
Inflação (IPCA)	108.043
Ajuste a valor presente	(161.480)
	<u>38.100</u>
Outorga Fixa	<u><u>329.921</u></u>

c) Software – Os softwares foram adquiridos durante o ano de 2017 e iniciaram a ser operados em 2018, motivo pelo qual não foi reconhecida amortização em 2017. Estima-se que os softwares terão vida útil de 5 anos.

9. Fornecedores

Fornecedores nacionais - obras	1.497
Fornecedores nacionais - gerais	3.392
	<u>4.889</u>

A empresa encerra o ano de 2017 com o saldo de R\$ 4.889, este saldo não possui fornecedores em moeda estrangeira.

10. Salários e Encargos Sociais

	<u>2017</u>
Salários a Pagar	1.337
Férias a Pagar	297
Provisões com Pessoal	1.072
FGTS a Recolher	122
INSS a Recolher	503
Outros	7
	<u><u>3.337</u></u>

11. Compromissos com o poder concedente

A obrigação de compromissos com o poder concedente reconhecida no passivo não circulante refere-se a contribuição fixa conforme estabelecida no contrato de concessão. Este valor está apresentado a valor presente e é corrigido monetariamente com base no IPCA compreendido no período.

Valor Nominal	91.537
Inflação (IPCA)	107.176
Ajuste a valor presente	(159.143)
Contribuição Fixa - Outorga	<u><u>39.570</u></u>

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

12. Patrimônio Líquido

O capital social é representado por 763.499.932 de ações nominativas detidas, em sua totalidade, pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide e integralizado parcialmente em 31 de dezembro de 2017 conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

13. Despesas por Natureza

	<u>2017</u>
Pessoal e Encargos	4.342
Amortiza�o e Deprecia�o	13
Seguros	1.175
Servi�os de Terceiros	7.590
Impostos e Taxas	101
Viagem	210
Outros	749
	<u>14.180</u>

14. Resultado Financeiro

	<u>2017</u>
Receitas Financeiras	
Juro sobre aplica�es financeiras	1.601
Vari�o monet�ria ativa	1
	<u>1.602</u>
Despesas Financeiras	
Juros, encargos e taxas banc�rias	(9)
Vari�o monet�ria passiva	(1)
Imposto sobre opera�es financeiras - IOF	(1.531)
AVP/IPCA - Contribui�o Fixa Outorga	(1.470)
	<u>(3.011)</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.409)</u>

15. Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

Uma vez que a Companhia passou a operar somente em 2 de janeiro de 2018, as atividades da Companhia durante o período de 2017 não a expuseram a riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia está preparada para minimizar os efeitos de volatilidade do mercado

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

financeiro que irá enfrentar a partir do exercício de 2018. A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira, segundo as políticas acordadas com acionistas.

16. Seguros

<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Prêmio de Seguro</u>
Cobertura de frota de veículos	Ago/2017 - Ago/2018	115
Danos Corporais	Ago/2017 - Ago/2018	81
Danos Morais	Ago/2017 - Ago/2018	320
Equipamentos	Ago/2017 - Ago/2018	37
Garantia de Comprimento de Contrato de Concessão com a ANAC	Jul/2017 - Jul/2019	1.229
Propriedade	Ago/2017 - Ago/2018	906
Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	Jun/2017 - jun/2018	155
Risco Engenharia	Ago/2017 - Out/2023	4.036
Terrorismo	ago/2017 - Jan/2019	1.010
Transporte Internacional	Ago/2017 - Dez/2021	63
Transporte Nacional	Ago/2017 - Dez/2021	701
		<hr/>
		8.653

* * *